

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Pobreza, infraestrutura e rendimento escolar: aspectos da segregação socioeducacional na Região Centro-Oeste

*Poverty, infrastructure and school performance: aspects of
socioeducational segregation in the Central-West Region*

*Pobreza, infraestructuras y rendimiento escolar: aspectos de la
segregación socioeducativa en la Región Centro-Oeste*

Elaine de Almeida Cabral

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Curso: Doutorado em Política Social

Data da defesa: 23 de novembro de 2023

Palavras-chave: pobreza; infraestrutura; rendimento escolar; segregação socioeducacional; Programa Bolsa Família.

Keywords: poverty; infrastructure; school income; socio-educational segregation; Bolsa Família Program.

Palabras clave: pobreza; infraestructura; rendimiento escolar; segregación socioeducativa; Programa Bolsa Família.

A presente pesquisa teve como objeto de estudo os efeitos, no rendimento acadêmico, da relação entre a distribuição espacial da infraestrutura

escolar e das alunas e alunos em condição de pobreza. As categorias adotadas na pesquisa foram a contradição, com base em autores como Carlos Roberto Jamil Cury (1989); a desigualdade, com base em Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) e Mônica Peregrino (2010); o espaço, com base em Milton Santos (1998; 2004); e a segregação, com base em Leandro Botinelli (2017) e Edmond Préteceille (2013). Para fim de delimitação dos dados, foram considerados as alunas e alunos em condição de pobreza beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) frequentes às escolas públicas municipais e estaduais de ensino fundamental da Região Centro-Oeste nos anos de 2011 e 2019. A análise dos dados foi realizada em quatro etapas: 1) cálculo da taxa de atendimento pelo PBF e da taxa de infraestrutura das escolas; 2) análise de correlação entre essas duas taxas e a taxa de distorção idade-série; 3) agrupamento das escolas em quartis com base nas três taxas analisadas; e 4) elaboração dos mapas de distribuição das escolas. A taxa de atendimento pelo PBF foi calculada considerando a relação entre a quantidade de beneficiários do programa e o número de matrículas por escola; a taxa de infraestrutura considerou 16 itens selecionados com base nos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola e nas informações coletadas no Censo Escolar; e a taxa de distorção idade-série é publicada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A elaboração dos mapas foi realizada com base nas coordenadas geográficas das instituições de ensino – obtidas a partir do Catálogo de Escolas do Inep ou por processo de geocodificação – e em arquivos vetoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontaram correlação moderada e inversa entre a taxa de beneficiários do PBF e a infraestrutura das escolas, especialmente no ano de 2019, e fraca correlação destas com a taxa de distorção idade-série. Observou-se que as escolas com menor porcentagem de beneficiários do PBF são as que possuem o maior número de itens de infraestrutura analisados, sendo as escolas rurais e municipais as que menos dispõem da infraestrutura básica. Esses resultados retratam que a desigualdade no acesso à educação é tanto um fenômeno social quanto espacial, configurado pela reprodução da segregação socioeducacional das alunas e alunos em condição de pobreza.

The object of this research was to study the effects on academic performance of the relationship between the spatial distribution of school infrastructure and students living in poverty. The categories adopted were

contradiction, based on authors such as Carlos Roberto Jamil Cury (1989); inequality, based on Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) and Mônica Peregrino (2010); space, based on Milton Santos (1998; 2004); and segregation, based on Leandro Botinelli (2017) and Edmond Preteceille (2013). In order to delimit the data, we considered students in poverty who were beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) and who attended municipal and state public elementary schools in the Midwest Region between 2011 and 2019. The data was analyzed in four stages: 1) calculating the PBF attendance rate and the school infrastructure rate; 2) analyzing the correlation between these two rates and the age-grade distortion rate; 3) grouping schools into quartiles based on the three rates analyzed; and 4) drawing up school distribution maps. The PBF attendance rate was calculated based on the ratio between the number of beneficiaries of the program and the number of enrolments per school; the infrastructure rate considered 16 items selected on the basis of the Minimum Standards for School Operation and the information collected in the School Census; and the age-grade distortion rate is published annually by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (Inep). The maps were drawn up based on the geographical coordinates of the educational institutions - obtained from the Inep School Catalog or through a geocoding process - and vector files from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results showed a moderate and inverse correlation between the rate of PBF beneficiaries and school infrastructure, especially in 2019, and a weak correlation between these and the age-grade distortion rate. It was observed that the schools with the lowest percentage of PBF beneficiaries have the highest number of infrastructure items analyzed, with rural and municipal schools having the least basic infrastructure. These results show that inequality in access to education is both a social and a spatial phenomenon, characterized by the reproduction of socio-educational segregation of students living in poverty.

El objetivo de esta investigación fue estudiar los efectos sobre el rendimiento académico de la relación entre la distribución espacial de la infraestructura escolar y los alumnos en situación de pobreza. Las categorías adoptadas en la investigación fueron contradicción, basada en autores como Carlos Roberto Jamil Cury (1989); desigualdad, basada en Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) y Mônica Peregrino (2010); espacio, basada en Milton Santos (1998; 2004); y segregación, basada en Leandro Botinelli (2017) y Edmond Préteceille (2013). Para delimitar los datos, se consideraron los alumnos en

situación de pobreza beneficiarios del Programa Bolsa Família (PBF) que asistieron a escuelas primarias públicas municipales y estaduais de la Región Centro-Oeste entre 2011 y 2019. Los datos se analizaron en cuatro etapas: 1) cálculo de la tasa de asistencia al PBF y de la tasa de infraestructura escolar; 2) análisis de la correlación entre estas dos tasas y la tasa de distorsión edad-grado; 3) agrupación de las escuelas en cuartiles a partir de las tres tasas analizadas; y 4) elaboración de mapas de distribución de las escuelas. La tasa de asistencia del PBA se calculó a partir de la relación entre el número de beneficiarios del programa y el número de matrículas por escuela; la tasa de infraestructura consideró 16 elementos seleccionados a partir de las Normas Mínimas de Funcionamiento de las Escuelas y de la información recogida en el Censo Escolar; y la tasa de distorsión edad-grado es publicada anualmente por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (Inep). Los mapas se elaboraron a partir de las coordenadas geográficas de las instituciones de enseñanza - obtenidas del Catálogo Escolar del Inep o mediante un proceso de geocodificación - y de archivos vectoriales del Instituto Brasileiro de Geografia y Estadística (IBGE). Los resultados mostraron una correlación moderada e inversa entre la tasa de beneficiarios del PBF y la infraestructura escolar, especialmente en 2019, y una correlación débil entre éstas y la tasa de distorsión edad-grado. Se observó que las escuelas con menor porcentaje de beneficiarios del PBF tienen el mayor número de ítems de infraestructura analizados, siendo las escuelas rurales y municipales las que tienen menor infraestructura básica. Estos resultados muestran que la desigualdad en el acceso a la educación es un fenómeno tanto social como espacial, caracterizado por la reproducción de la segregación socioeducativa de los alumnos en situación de pobreza.

O Descompasso da política pública Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em Rondônia

The gap in the “Gender and Diversity at School (GDS)” public policy in Rondônia

Lourdes Aparecida Tose

Curso: Programa de Pós-Graduação de Política Social

Data da defesa: 18/12/2023

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Formação Docente; Política Pública; Rondônia.

Keywords: GDS; Gender Ideology; Teacher Training; Public Policy; Rondônia.

Gênero e Diversidade na Escola foi uma política pública nacional cujo Projeto Piloto foi executado em 2006 e se consolidou enquanto formação continuada para milhares de professores de todo país, abrangendo todas as regiões. O presente trabalho tem por objetivo conferir o descompasso que se deu na implantação da política pública GDE em Rondônia, visto que sua reedição só acontece em momento de neoconservadorismo federal e descontinuidade desta política em âmbito nacional. Para compreender o devir do GDE em Rondônia este trabalho foi embasado no Materialismo Histórico Dialético. Valeu-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de interlocuções com agentes-chave como meios de levantar dados para a análise. As análises buscaram historiar o GDE enquanto política pública educacional e sua não consolidação no estado. Os dados coletados não permitem responder diretamente a questão de pesquisa, mas possibilitaram compreender a formação e estabilização do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola do campus de Rolim de Moura da UNIR. Concluiu-se que embora não tenha sido possível determinar as causas da não continuidade da política pública, os indícios do conservadorismo em Rondônia podem indicar a desativação enquanto política pública e sua retomada, mesmo indeterminada, qualifica-se como resistência ao neoconservadorismo no campus de Rolim de Moura.

Gender and Diversity at School was a national public policy whose Pilot Project was implemented in 2006 and was consolidated as continuing training program for thousands of teachers across the country. The present work aims to check the gap that occurred in the implementation of the GDS public policy in Rondônia, since its reissue only happens at a time of federal neoconservatism and discontinuity of this policy at a national level. To understand the development of the GDS in Rondônia, this work was based on Dialectical Historical Materialism. We applied bibliographical research, documentary research and conversations with key agents as a means of collecting data for analysis. The analyses sought to historicize the GDS as a public educational policy and its nonconsolidation in the state. The data collected does not allow us to directly answer the research question, but it made it possible to understand the formation

and stabilization of the Specialization Course in Gender and Diversity at School of the Rolim de Moura campus of UNIR. We concluded that although it was not possible to determine the causes of the non-continuity of public policy, the signs of conservatism in Rondônia may indicate a way to understand the deactivation as a public policy and its resumption, even undetermined, qualifies as resistance to neoconservatism on the Rolim de Moura campus.

Avanços e impasses na direção de uma política de saúde mental para o público infantojuvenil

Progress and impasses towards a mental health policy for children and adolescents

Caroline Pereira Oliveira

Orientadora: Prof^ª. Andréia de Oliveira

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 30/11/2023

Palavras-chave: Saúde Mental; Crianças; Adolescentes; Saúde Mental Infantojuvenil.

Keywords: Mental Health; Child; Adolescent; Children's mental health.

Ao longo da história, crianças e adolescentes ocuparam diferentes posições sociais, no entanto sua singularidade nem sempre foi reconhecida. O desconsiderado campo sócio-histórico gerou invisibilidades, lacunas e silenciamentos que persistem em ideias e práticas na contemporaneidade. Esse contexto, atravessa diretamente o campo da saúde mental infantojuvenil. Este grupo é duplamente vulnerável, enfrentando desproteções sociais tanto pela condição de ser criança ou adolescente, quanto pelo eventual sofrimento psicossocial. No Brasil, apesar dos avanços normativos-legais conquistados pelos movimentos sociais na saúde mental, ainda falta o desenvolvimento de uma política específica voltada para infância e adolescência, que reconheça suas particularidades

de forma integral. Este estudo tem como objetivo evidenciar os avanços e impasses na construção de uma política de saúde mental, direcionada ao público infantojuvenil. O objeto de estudo em questão foi analisado sob a ótica do método materialista histórico-dialético, com o intuito de identificar os processos históricos que o influenciaram, em um contexto desafiador marcados por distintos interesses e projetos de sociedade. Esta investigação adotou uma abordagem de natureza bibliográfica e documental. Como resultado, o estudo sugere que, até o presente momento, não se implementou uma política formal de saúde mental infantojuvenil. As abordagens existentes limitam-se a recomendações e aproximações sem uma priorização direta nesse público. Quando abordadas, as iniciativas destinadas à atenção infantojuvenil tendem a concentrar-se predominantemente em questões relacionadas ao autismo e ao consumo de álcool e outras drogas. Conclui-se, portanto, que a presença de uma política específica é essencial para a consideração das singularidades, mas sua formulação deve ocorrer de maneira integrada e transversal, baseada em princípios democráticos, antimanicomiais, coletivos, respeitando a complexidade da realidade infantojuvenil. A construção de tal política enfrenta múltiplos desafios, caracterizados por perspectivas adultocêntricas, individualizantes, farmacológicas e biomédicas, constituindo obstáculos significativos para a efetiva proteção social de crianças e adolescentes que vivenciam algum tipo de sofrimento psicossocial.

Throughout history, children and adolescents have occupied different social positions, but their uniqueness has not always been recognized. The disregarded socio-historical field has generated invisibilities, gaps and silences that persist in contemporary ideas and practices. This context directly affects the field of mental health for children and adolescents. This group is doubly vulnerable, facing social disenfranchisement both because of the condition of being a child or adolescent and because of possible psychosocial suffering. In Brazil, despite the normative-legal advances achieved by social movements in mental health, there is still a lack of development of a specific policy aimed at children and adolescents, which recognizes their particularities in an integral way. The aim of this study is to highlight the advances and impasses in the construction of a mental health policy aimed at children and adolescents. The object of study

in question was analyzed from the perspective of the historical-dialectical materialist method, with the aim of identifying the historical processes that influenced it, in a challenging context marked by different interests and projects for society. This research adopted a bibliographical and documentary approach. As a result, the study suggests that, to date, no formal child and adolescent mental health policy has been implemented. The existing approaches are limited to recommendations and approximations without directly prioritizing this public. When they are addressed, the initiatives aimed at children and adolescents tend to focus predominantly on issues related to autism and the consumption of alcohol and other drugs. It can therefore be concluded that the presence of a specific policy is essential in order to take singularities into account, but it must be formulated in an integrated and transversal manner, based on democratic, anti-asylum, collective principles, respecting the complexity of the reality of children and adolescents. The construction of such a policy faces multiple challenges, characterized by adult-centric, individualizing, pharmacological and biomedical perspectives, constituting significant obstacles to the effective social protection of children and adolescents who experience some kind of psychosocial suffering.

A luta e a resistência do povo Xukuru do Ororubá: direitos indígenas e democracia no estado brasileiro

The struggle and resistance of the xukuru do ororubá people: indigenous rights and democracy in the brazilian state

Adelar Cupsinski

Nome do curso: Mestrado em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS

Data da defesa: 15/12/2023

Orientador: Professor Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal

Palavras-chave: Povos Indígenas; Povo Xukuru do Ororubá; Estado; Escravidão; Direitos Indígenas.

Keywords: Indigenous Peoples; Xukuru do Ororubá People; State; Slavery; Indigenous Rights.

Palabras clave: Pueblos Indígenas; Pueblo Xukuru do Ororubá; Estado; Esclavitud; Derechos Indígenas.

A presente pesquisa versa sobre a luta e a resistência do povo indígena Xukuru do Ororubá, um povo do interior de Pernambuco, pela defesa do seu território originário e o direito de existir. A escolha do caso para estudo se justifica por diferentes razões. O caso do povo Xukuru exemplifica a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, uma relação desigual, em que o Estado buscou aniquilar um povo de muitas maneiras, através de ações e omissões, começando pela doação de terras para fidalgos portugueses em 1654, com a implantação de templos ocidentais e a transformação da aldeia Ararobá em um espaço de ensino dos costumes não indígenas, que durou por aproximadamente dois séculos. Além disso, o caso contribui na compreensão dos conflitos contemporâneos sobre a questão indígena, incluindo a origem da tese jurídica do marco temporal no âmbito do Poder Judiciário, e a importância dos territórios originários para a sobrevivência física e cultural dos nativos e para a implementação das políticas públicas, tema de interesse da Política Social. O trabalho de pesquisa resultou no desenvolvimento de três capítulos, os quais estão interligados, em que foram desenvolvidos os seguintes temas: no primeiro capítulo foi pesquisado sobre a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, as principais medidas jurídico-políticas que afetaram estes povos originários, a importância das conquistas democráticas e a Constituição Federal de 1988, mais as disputas contemporâneas; o segundo capítulo resultou em um diálogo acerca da função do Estado no sistema capitalista, entre intelectuais marxistas, indígenas, quilombolas e indigenistas; e no terceiro capítulo, a pesquisa apresenta quem são os Xukuru do Ororubá, sua história, o contato com os colonizadores e a sociedade não indígena que se tornou majoritária, o processo de expropriação territorial, a luta e a resistência desse povo para continuar existindo e o enfrentamento com o Estado brasileiro e suas estruturas pelo direito territorial. O conflito pela posse do território do povo indígena Xukuru do Ororubá somente foi resolvido em uma instância internacional, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), na qual o Brasil foi responsabilizado internacionalmente pelas violações do direito à garantia judicial de prazo

razoável, do direito de proteção judicial e à propriedade coletiva, nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Assim, a Corte IDH estabeleceu uma jurisprudência para os casos envolvendo direitos indígenas no Brasil, derrubando a tese do marco temporal e garantindo a posse territorial coletiva aos indígenas, sem interferência por parte de terceiros ou agentes do Estado. Os resultados da pesquisa estão presentes no transcorrer de todo o trabalho, considerando a escolha do método materialista histórico e dialético, tendo caráter documental e procedimento metodológico de revisão bibliográfica. Assim, a pesquisa apresenta uma posição crítica à narrativa sobre os povos indígenas, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, que registra oficialmente a chegada dos portugueses ao Brasil. Ao contrário da narrativa oficial, a pesquisa demonstrou que os povos indígenas mantinham forte organização política, eram inteligentes e alegres, produtivos e estavam em processo de revolucionar a agricultura. Também fazem parte dos resultados da pesquisa as proposições apresentadas no terceiro capítulo da dissertação, as quais visam fortalecer o protagonismo dos povos indígenas na política e nas instâncias do Estado brasileiro, para que possam defender seus direitos. As proposições estão fundamentadas na Constituição brasileira e na experiência de luta e resistência do povo indígena Xukuru do Ororubá.

The present research focuses on the struggle and resistance of the Xukuru do Ororubá indigenous people, a community from the interior of Pernambuco, in defense of their ancestral territory and the right to exist. The choice of this case for this study is justified for various reasons, the main one being that this case exemplifies the relationship between the Brazilian state and indigenous peoples. This relationship has been marked by inequality, with the state employing various means to annihilate this indigenous population through both action and omission. This process began with the granting of land to Portuguese nobles in 1654, the establishment of Western temples, and the transformation of the Ararobá village into a space for teaching non-indigenous customs, a practice that persisted for approximately two centuries. Furthermore, the case contributes to the understanding of contemporary conflicts regarding the indigenous peoples' issue, including the origin of the "Marco Temporal" legal thesis within the scope of the Judiciary, and the importance of ancestral native territories for the physical and cultural survival of the indigenous peoples, as well as for the implementation of public policies,

which is a topic of interest within Social Policy. The “Marco Temporal” is a legal thesis that argues that Indigenous Peoples are only entitled to the demarcation of their traditional lands if they were occupying those lands on October 5, 1988, the date of the publication of Brazil’s current Federal Constitution. This research resulted in the development of three interconnected chapters exploring the following themes. The first chapter delves into the relationship between the Brazilian state and indigenous peoples, examining the key legal and political measures affecting these native communities, the significance of democratic achievements, the 1988 Federal Constitution, and contemporary disputes. The second chapter engages in a dialogue regarding the role of the state in the capitalist system, involving perspectives from Marxist intellectuals, indigenous communities, quilombolas, and indigenous activists. In the third chapter, the research introduces the Xukuru do Ororubá, detailing their history, interactions with colonizers, the non-indigenous society that became the majority, the process of territorial expropriation, the struggle and resistance of this people to persist, and their confrontation with the Brazilian state and its structures for territorial rights. The conflict over the possession of the Xukuru do Ororubá indigenous people’s territory was only resolved at an international level, in the Inter-American Court of Human Rights (IACHR), where Brazil was internationally held responsible for violations of the right to a reasonable judicial timeframe, the right to judicial protection, and collective property rights, under the terms of the American Convention on Human Rights. Thus, the IACHR established a precedent for cases involving indigenous rights in Brazil, overturning the “Marco Temporal” thesis and ensuring collective territorial possession for indigenous peoples without interference from third parties or state agents. The research findings permeate the entire dissertation, grounded in the choice of the historical and dialectical materialist method, with a documentary nature and a methodological procedure involving a literature review. The study takes a critical stance toward the narrative surrounding indigenous peoples, dating back to Pero Vaz de Caminha’s letter, which officially records the arrival of the Portuguese in Brazil. In contrast to the official narrative, this research demonstrated that indigenous peoples maintained strong political organization, were intelligent and joyful, productive, and were in the process of revolutionizing agriculture. The research results also include propositions presented in the third chapter of the dissertation, which aim to strengthen the protagonism of indigenous peoples in Brazilian politics and state institutions, enabling them

to defend their rights. These propositions are grounded in the Brazilian Constitution and the experiences of struggle and resistance of the Xukuru do Ororubá indigenous people.

Esta investigación trata sobre la lucha y la resistencia de los indígenas Xukuru do Ororubá, un pueblo del interior de Pernambuco, en defensa de su territorio original y de su derecho a existir. El estudio de caso fue elegido por varias razones. El caso del pueblo Xukuru ejemplifica la relación entre el Estado brasileño y los pueblos indígenas, una relación desigual en la que el Estado ha tratado de aniquilar a un pueblo de muchas maneras, a través de acciones y omisiones, empezando por la donación de tierras a nobles portugueses en 1654, con el establecimiento de templos occidentales y la transformación de la aldea Ararobá en un espacio para la enseñanza de costumbres no indígenas, que duró aproximadamente dos siglos. Además, el caso contribuye a la comprensión de los conflictos contemporáneos sobre la cuestión indígena, incluyendo el origen de la tesis jurídica del marco temporal en el poder judicial, y la importancia de los territorios originarios para la supervivencia física y la cultura de los nativos y para la implementación de políticas públicas, tema de interés para la Política Social. La investigación dio lugar a la elaboración de tres capítulos, interconectados entre sí, en los que se desarrollaron los siguientes temas: el primer capítulo investigó la relación entre el Estado brasileño y los pueblos indígenas, las principales medidas jurídico-políticas que han afectado a estos pueblos nativos, la importancia de las conquistas democráticas y de la Constitución Federal de 1988, además de las disputas contemporáneas; el segundo capítulo dio lugar a un diálogo sobre la función del Estado en el sistema capitalista, entre intelectuales marxistas, indígenas, quilombolas e indigenistas; y en el tercer capítulo, la investigación presenta quiénes son los Xukuru de Ororubá, su historia, el contacto con los colonizadores y la sociedad no indígena que se convirtió en mayoritaria, el proceso de expropiación territorial, la lucha y resistencia de este pueblo para seguir existiendo y el enfrentamiento con el Estado brasileño y sus estructuras por los derechos territoriales. El conflicto sobre la posesión del territorio del pueblo indígena Xukuru do Ororubá sólo se resolvió a nivel internacional, en la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte CIDH), donde Brasil fue declarado internacionalmente responsable de violaciones del derecho a una garantía judicial de tiempo razonable, del derecho a la protección judicial y del derecho a la propiedad colectiva, en los términos

de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Así, la Corte IDH estableció una jurisprudencia para los casos de derechos indígenas en Brasil, anulando la tesis del marco temporal y garantizando la posesión territorial colectiva a los indígenas, sin interferencia de terceros o agentes estatales. Los resultados de la investigación están presentes a lo largo de la obra, considerando la elección del método histórico y dialéctico materialista, teniendo un carácter documental y un procedimiento metodológico de revisión bibliográfica. Así, la investigación presenta una posición crítica sobre la narrativa acerca de los pueblos indígenas, a partir de la Carta de Pero Vaz de Caminha, que registra oficialmente la llegada de los portugueses a Brasil. Contrariamente a la narrativa oficial, la investigación demostró que los indígenas mantenían una fuerte organización política, eran inteligentes y alegres, productivos y estaban en proceso de revolucionar la agricultura. También forman parte de los resultados de la investigación las propuestas presentadas en el tercer capítulo de la disertación, que pretenden fortalecer el papel de los pueblos indígenas en la política y en las instancias del Estado brasileño, para que puedan defender sus derechos. Las propuestas se basan en la Constitución brasileña y en la experiencia de lucha y resistencia del pueblo indígena Xukuru do Ororubá.

Obedecer, trabalhar e orar: as comunidades terapêuticas como política de estado na contramão da reforma psiquiátrica brasileira

Obey, work and pray: therapeutic communities as a state policy against the brazilian psychiatric reform

Marianna Nascimento Fernandes

Nome do Orientadora: Andréia de Oliveira

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 30 de junho de 2023

Palavras-chave: Saúde Mental; Álcool e outras Drogas; Comunidades Terapêuticas; Neoliberalismo; Contrarreforma Psiquiátrica.

Keywords: Mental Health; Alcohol and Other Drugs; Therapeutic Communities; Neoliberalism; Psychiatric Counter Reform.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as características e as funcionalidades das Comunidades Terapêuticas (CTs), considerando o contexto de acirramento das medidas neoliberais, contrarreformistas e neoconservadoras, a fim de desvendar a expressividade da (re)manicomialização na Política Nacional sobre Álcool e outras Drogas (PNAD) na contramão da Reforma Psiquiátrica (RP) brasileira. O intuito é construir reflexões críticas acerca da configuração das CTs no Brasil, sob a ênfase da tríade disciplina-trabalho-espiritualidade que compõe o modelo interventivo dessas instituições. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. No percurso do estudo científico utilizou-se a técnica de análise temática. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada revisão bibliográfica abrangendo artigos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações relacionadas ao objeto de estudo e pesquisa documental, por meio de normativas, legislações relativas, notas técnicas e relatórios produzidos por institutos de pesquisa, relatórios de inspeção e fiscalização e sítios eletrônicos. O estudo evidenciou que no cenário de acirramento das medidas conservadoras e de contrarreformas, o Estado brasileiro priorizou a implementação e fortalecimento da política pública em álcool e drogas na contramão de uma racionalidade sanitária, dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da RP. As CTs passam a ocupar lugar estratégico no atendimento a pessoas com necessidades decorrentes do uso de Substâncias Psicoativas (SPA), sem regramento claramente definidos e subsidiadas financeiramente pelo Estado, permitindo que tais instituições passem a operar uma política pública pautada em modelo de atenção sem respaldo científico, fundamentada em crenças e na transformação moral dos sujeitos.

This dissertation has the general objective of analyzing the characteristics and functionalities of Therapeutic Communities (TCs), considering the context of aggravation neoliberal, counter-reform and neoconservative measures, in order to unveil the expressiveness of (re)manicomialization in the National Policy on Alcohol and Other Drugs (PNAD) contrary to the Brazilian Psychiatric Reform (RP). The purpose is to build critical reflections

about the configuration of TCs in Brazil, under the emphasis of the triad discipline-work-spirituality that makes up the interventional model of these institutions. This is a qualitative, descriptive and exploratory research. In the course of the scientific study, the thematic analysis technique was used. To reach the proposed objective, a bibliographic review was carried out, including scientific articles, book chapters, theses and dissertations related to the object of study and documentary research, by means of norms, relative legislations, technical notes and reports produced by research institutes, inspection and supervision reports, and websites. The study showed that in the scenario of intensification of conservative measures and counter-reforms, the Brazilian State prioritized the implementation and strengthening of public policy on alcohol and drugs against a health rationality, the principles of the Unified Health System (SUS) and the PR. The TCs now occupy a strategic place in the care of people with needs arising from the use of Psychoactive Substances (ASP), without clearly defined regulations and financially subsidized by the state, allowing these institutions to operate a public policy based on a model of care without scientific support, based on beliefs and the moral transformation of subjects.

A disputa por hegemonia sobre a concepção de deficiência no Brasil a partir da construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência entre os anos de 2015 a 2022

*The dispute for hegemony over the conception of disability in Brazil
based on the construction of the Single Disability Assessment Model
between the years 2015 and 2022*

Ana Paula do Nascimento Barros

Nome do curso: Doutorado em Política Social (Programa de Pós Graduação em Política Social)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: Estudos da Deficiência; Modelo Único de Avaliação da Deficiência; Biopsicossocial; Hegemonia.

Keywords: Disability Studies; Single Disability Assessment Model; Biopsychosocial; Hegemony

Palabras claves: Estudios de la discapacidad; Modelo Único de Evaluación de Discapacidad; Biopsicossocial; hegemonía

A presente Tese analisa a disputa por hegemonia na operacionalização da concepção de deficiência no Brasil. Em particular, desenvolve uma análise do processo de construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência, no período de 2015 e 2022, e as correlações de forças políticas e teóricas em torno do reconhecimento público e estatal sobre a deficiência. O campo de produção do conhecimento sobre o tema é conhecido como estudos da deficiência, que se desenvolve a partir do enfrentamento à hegemonia do chamado modelo biomédico. Diante da localização da deficiência como construção social, relacional e evidência da sociedade desigual, modelos sociais se desenvolvem e disputam a hegemonia sobre a deficiência. A operacionalização desses conceitos é o que determina as respostas para seu enfrentamento. Sob o marco legal da perspectiva consagrada pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) há um impulsionamento de mudança na correlação de forças entre essas concepções, em que a interação com a sociedade é posta como elemento central. Em compromisso com o paradigma social da deficiência, o Brasil empreende esforços para a conformação de um Modelo Único de Avaliação da Deficiência para fins de acesso a políticas sociais desde 2007. Diante desse cenário, a presente pesquisa qualitativa analisa as Audiências Públicas no âmbito do Senado Federal que trataram do processo de construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência desde o ano 2015 até 2022. A partir do método de análise crítico dialética, se utiliza da análise de conteúdo para a interpretação dos dados levantados. Como resultado, é possível perceber que apesar da consolidação da perspectiva social da deficiência na CDPD, a hegemonia biomédica ainda está mantida. A hegemonia biomédica é funcional à estrutura da sociedade capitalista que se baseia na hierarquização de posições sociais, uma vez que explica e intervém na hierarquização dos corpos. No âmbito das discussões sobre a avaliação unificada da deficiência, essa hegemonia se expressa nas investidas para desmobilização dos espaços legítimos de organização coletiva das pessoas com deficiência, na valorização das diferenças entre o grupo social

e consequente hierarquização de demandas por categorias específicas. Nesse contexto, a unicidade da luta por direitos perde força na medida em que o grupo social está fragmentado e a hierarquização dos corpos se mantém hegemônica. Em face dessas evidências, a implementação do Modelo Único de Avaliação da Deficiência deve ser defendida nos termos da consolidação da avaliação biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar, alicerçado no acúmulo teórico do campo dos estudos da deficiência.

This Thesis analyzes the dispute for hegemony in the operationalization of the conception of disability in Brazil. It develops an analysis of the construction process of the Single Disability Assessment Model, between 2015 and 2022, and the correlations of political and theoretical forces surrounding public and state recognition of disability. The field of knowledge production on the topic is known as disability studies, which emerges from challenging the hegemony of the so-called biomedical model. Given the location of disability as a social, relational construction and evidence of an unequal society, various social models emerge and compete for hegemony over disability. The operationalization of these concepts is what determines the responses to confront them. Within the legal framework of the perspective enshrined in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), there is a drive for change in the correlation of forces between these conceptions, where interaction with society is central. In commitment to the social paradigm of disability, Brazil has been making efforts to create a Single Disability Assessment Model for the purposes of access to social policies since 2007. Considering this context, this qualitative research analyzes the Public Hearings within the scope of the Federal Senate that dealt with the construction process of the Single Disability Assessment Model from 2015 to 2022. Utilizing the dialectical critical analysis method, content analysis interprets the collected data. Consequently, one can see that despite the consolidation of the social perspective of disability in the CRPD, biomedical hegemony is still maintained. Biomedical hegemony is functional to the structure of capitalist society, which is based on the hierarchization of social positions, as it explains and intervenes in the hierarchization of bodies. Regarding the discussion on the unified assessment of disability, this hegemony is expressed in the efforts to demobilize legitimate spaces for the collective organization of people with disabilities, in the valorization of differences between the social group and

the consequent hierarchization of demands for specific categories. In this context, the uniqueness of the fight for rights loses strength as the social group is fragmented and the hierarchy of bodies remains hegemonic. In view of this evidence, the implementation of the Single Disability Assessment Model must be defended in terms of the consolidation of biopsychosocial, multidisciplinary and interdisciplinary assessment, based on the theoretical accumulation within the field of disability studies.

La presente Tesis analiza la disputa por hegemonía en la operacionalización de la concepción de deficiencia en el Brasil. Mas específicamente, desarrolla un análisis del proceso de construcción del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia en el periodo 2015 al 2022, y las correlaciones de fuerzas políticas y teóricas en torno al reconocimiento público y estatal de deficiencia. El campo de producción de conocimiento sobre el tema es conocido como estudios de la deficiencia que se desarrollan a partir del enfrentamiento de la hegemonía del denominado modelo biomédico. Los modelos sociales que se desarrollan en base a la localización de la deficiencia como una construcción social y relacional evidenciado por la sociedad desigual disputan la hegemonía de la deficiencia. La operacionalización de estos conceptos es lo que determina las respuestas para su enfrentamiento. Bajo el marco legal de la perspectiva consagrada en la Convención de los Derechos de las Personas con Deficiencia (CDPD) hay un impulso de cambio en la correlación de fuerzas entre estas concepciones en donde la interacción con la sociedad se coloca como elemento central. De acuerdo con el paradigma social de deficiencia, Brasil lleva a cabo esfuerzos para conformar un Modelo Único de Evaluación de la Deficiencia para fines de acceder a las políticas sociales desde 2007. Es en este entorno que la presente investigación cualitativa analiza la Audiencias Públicas en el Senado Federal que trataron el proceso de construcción del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia del 2015 hasta 2022. Los datos levantados son interpretados utilizando el análisis de contenido en base al método de análisis crítico dialectico. Como resultado es posible darse cuenta que a pesar de la consolidación de la perspectiva social de deficiencia en la CDPD la hegemonía biomédica aún se mantiene. La hegemonía biomédica es funcional para la estructura de la sociedad capitalista basada en las jerarquías de posiciones sociales puesto que explica e interviene en la jerarquización de los cuerpos. En el marco

de las discusiones sobre la evaluación unificada de deficiencia, esta hegemonía se expresa en las embestidas para desmovilizar los espacios legítimos de organización colectiva de personas con deficiencia y en la valorización de las diferencias en el grupo social y la consecuente jerarquización de demandas para categorías específicas. En este contexto la unicidad de lucha por los derechos pierde fuerza en la medida que el grupo social se fragmenta y la jerarquización de los cuerpos se mantiene hegemónica. Delante estas evidencias la implementación del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia debe ser defendida en los términos de la consolidación de la evaluación biopsicosocial, multiprofesional e interdisciplinario basado en el acumulo teórico del campo de los estudios de la deficiencia.